



INOVAÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DE NOVAS ALTERNATIVAS PARA DISTRIBUIÇÃO DE TERRAS NO SUL MARANHENSE

Edgar Oliveira Santos
Antonio Pereira Lucena Neto
Sancley Estany Silva Lima
Rafael Oeiraliv Araujo

Resumo

Este artigo propõe uma melhor compreensão sobre os conflitos de terras no sul maranhense na perspectiva de analisar alternativas no âmbito da inovação social. O objeto de pesquisa é a distribuição de terras e o espaço de análise é o sul do estado do Maranhão, para tanto utiliza-se o materialismo histórico como método de abordagem, que analisa processos produtivos, indutores das decisões de ocupação espacial, originados pela dinâmica do sistema capitalista de produção, os fundamentos teóricos priorizam os estudos do desenvolvimento regional evidenciando autores e trabalhos vinculados às questões da posse da terra. Os resultados são construções analíticas visando esclarecimentos sobre as formas de produção e apropriação do espaço econômico das populações que habitam o sul maranhense.

Palavras-chave: Inovação social. Distribuição de terras. Conflitos de terras. Imperatriz.

1 Introdução

No Brasil a questão agrária é resultado do desenvolvimento desigual, contraditório e aliado ao capitalismo e vincula-se ao conjunto de problemas relacionados com o desenvolvimento da agropecuária e das lutas dos trabalhadores, que reflete na maioria das dinâmicas sociais. Desse modo o processo de expansão do capitalismo ao mesmo tempo em que se reproduz criando a riqueza, gera, em proporções ainda maiores, a pobreza e a miséria (RAMOS FILHO, 2006).

A formação das propriedades no Brasil inicia a partir de 1530, quando é instituída a colonização de exploração a partir da monocultura de cana-de-açúcar, denominada *plantation* (sistema agrícola baseado na monocultura de exportação mediante a



utilização de latifúndios e mão-de-obra escrava). Essa forma de produção acontecia em grandes extensões de terras e tinha como destino o mercado exportador.

O processo de ocupação do Nordeste é abordado nos próximos parágrafos com o intuito de entender a concepção de desenvolvimento dessa região e suas repercussões. Prado Jr (1969) destaca algumas diretrizes buscando sintetizar a mobilidade para o povoamento no início da formação econômica do Brasil, ou seja, ele considera que um importante deslocamento se verifica do interior para o litoral, assim sobressaem estados como Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e o Maranhão e verifica-se deslocamento do eixo econômico da mineração para a agricultura. A mobilização do interior para o litoral corresponde a um grande adensamento da população e isto se constitui no campo demográfico, o fato global mais sensível do período da ocupação espacial do Nordeste.

O fundamento desse processo de ocupação espacial exige mencionar um pouco sobre suas raízes, desse modo, observa-se que no Nordeste com uma migração de indivíduos descobridores e/ou exploradores, que conseqüentemente provocaram deslocamentos de nativos temerosos para outros lugares. A estruturação da produção a partir dessa exploração inicial baseou-se na extração de madeira e no século seguinte alcançou destaque nacional através da produção e exportação de açúcar (FAUSTO, 1995).

O poder alcançado pelo Nordeste no início da história econômica do país, através dessa produção sofre conseqüências de queda e mais ainda, o surgimento do ciclo do ouro (1700 – 1760) em Minas Gerais fortaleceu o Sudeste juntamente com a produção e ascensão do café a partir de 1830. Esses fenômenos coincidiram com os períodos de secas, principalmente o de 1720 a 1727 contribuindo para grandes migrações deslocando aproximadamente 500 mil nordestinos (ANDRADE, 1977).

Com o fim da fase áurea do açúcar, os debates sobre o Nordeste assumiram o tema do subdesenvolvimento, mas a expansão da Revolução Industrial fez florescer a produção do algodão como um novo mercado de matéria prima para tecidos, esse foi o segundo produto a ser plantado em larga escala, concorrendo espacialmente com a cana. Naquela época, segunda metade do século XVIII, observou-se alguns indícios de abandono do regime de escravidão para o emprego da mão de obra assalariada, além de inovações na produção com o uso de fertilizantes como cal e potássio e o surgimento de engenhos utilizando máquina a vapor. As mudanças introduzidas no Nordeste no



final desse século e início do seguinte foram importantes, mas não renunciavam um desenvolvimento porque o poder sobre a terra continuava concentrado e com algumas partes cedidas para exploração de trabalho em regime de semiescravidão (ANDRADE, 2006).

A terra inculca ou abandonada era cedida pela corte para quem se dispusesse a cultivar. Essa forma de acesso à terra aliava-se a outro meio de ocupação de terras cujo registro, através das paróquias, permitia a sua apropriação, mas este sistema foi interrompido com a lei de terras¹ de 1850, declarando que toda terra não ocupada até o momento fosse considerada pública e o acesso seria por meio de compra. Essa organização condicionou a posse de terras ao poder dos mais fortes economicamente. Desse modo a concentração fundiária no Brasil contou com esse incremento influenciador desse modelo de distribuição de terras de forma desigual (SANCHES, 2008).

A persistência da monocultura e a força criada em torno dos senhores de engenho transmitiu uma herança de atraso e domínio constituída durante o período colonial fazendo-se sentir de forma mais profunda no Nordeste, mesmo contribuindo de modo geral para a formação social e econômica do Brasil, que inevitavelmente prescreveu um cenário de recrudescimento da condição de pobreza no campo promovendo surtos migratórios responsáveis pelo crescimento e desorganização da vida urbana brasileira (ARAÚJO; SANTOS 2009).

Pensar o desenvolvimento econômico dessa região a partir de uma acentuada desigualdade socioeconômica arraigada desde o período colonial envolveu alguns estudos, mas inicialmente voltados para a crise hídrica do Nordeste, considerando que

¹ LEI 601, DE 18 DE SETEMBRO DE 1850. “Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais. Bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara. D. Pedro II, por Graça de Deus e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que a Assembléa Geral Decretou, e Nós queremos a Lei seguinte: Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra. Exceptuam-se as terras situadas nos limites do Imperio com paizes estrangeiros em uma zona de 10 leguas, as quaes poderão ser concedidas gratuitamente. Art. 2º Os que se apossarem de terras devolutas ou de alheias, e nellas derribarem mattos ou lhes puzerem fogo, serão obrigados a despejo, com perda de bemeitorias, e de mais soffrerão a pena de dous a seis mezes do prisão e multa de 100\$, além da satisfação do damno causado. Esta pena, porém, não terá logar nos actos possessorios entre heréos confinantes. Art. 3º....”



a base econômica regional era agricultura dependente do clima. No contexto das ideias criadas em torno desse problema das secas, a transposição do rio São Francisco no século XIX foi defendida como solução, mas essa alternativa não chegou a termo e em 1912 (século XX) essa proposta retornou, com a criação da Inspetoria Federal de Obras contra a Seca (IOCS), pois esta representou a instituição de um órgão pioneiro em estudos científicos sobre o desenvolvimento do Nordeste.

Essa relação inicial entre os nordestinos a terra e busca de crescimento econômico incide sobre a questão das desigualdades regionais e seus aspectos estruturais, considerando que, a associação entre crescimento econômico, desenvolvimento regional e investimento em infraestrutura possui caráter perverso em certo sentido. Contudo, os investimentos em saneamento, habitação, rodovias, entre outros setores, contribuem para a eficiência e o crescimento econômico do país, entretanto seu impacto sobre as economias regionais (estados e municípios) pode ser bastante heterogêneo e atuar no sentido de concentrar a renda e os recursos econômicos, acentuando a desigualdade regional (HADDAD, 1993).

Nesta ótica e buscando períodos mais recentes, utiliza-se o exemplo de investimento da construção da rodovia Belém-Brasília no sul maranhense, que é destacada pela sua importância de integração nacional no desenvolvimento regional. Evidencia-se aqui uma pesquisa realizada no período de 1974 a 1976, envolvendo cinquenta municípios do Pará, Maranhão e Goiás, pelo Núcleo de Autos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA). Foram abordados 795 chefes de famílias em cinco municípios (Castanhal-PA, Imperatriz-MA, Araguaína-GO, Gurupi-GO e Ceres-GO), escolhidos em função da maior heterogeneidade social de sua população.

Um dos principais objetivos dessa pesquisa era documentar a mobilidade espacial e ocupacional dos migrantes, reconstituindo o histórico familiar das migrações e dos empregos. Constatou-se que 598 (75%) eram filhos de lavradores e desses, 286 possuíam pequenas propriedades, 256 como posseiros² e 56 trabalhavam como assalariados. Esses números mudam em 1975 e passam a figurar com 60 assalariados, 194 posseiros e 55 com propriedades. Estes proprietários possuíam terras

² Posseiros são lavradores (agricultores) que, juntamente com a família, ocupam pequenas áreas de terras devolutas ou improdutivas, isto é, terras que não estão sendo utilizadas e que pertencem ao governo. Ou seja, são trabalhadores rurais que têm a posse, mas não têm um documento oficial que prove que eles são donos ou proprietários da terra.



aproximadamente entre 10 e 100 hectares- ha sendo um quarto com propriedades de menos de 10 há, um terço tinha entre 10 e 50 há e um quarto com áreas entre 50 e 100 há. Nessa mudança, além desses agricultores, se inclui os pecuaristas que antes existiam 2 e depois passou para 9 pecuaristas (ACEVEDO, 1980).

Essa redução foi observada na agricultura ao mesmo tempo em que, houve aumento de 54 - Pessoas para 125 no emprego de comércio e na construção civil passa de 49 para 79 empregados. A saída do emprego na agricultura caracteriza uma preferência, desistência ou expulsão (ACEVEDO, 1980).

A autora dessa pesquisa Profa. Dra. Rosa Elizabeth Acevedo, entre outros questionamentos indaga se a mudança seria questão de afinidade entre as ocupações, problemas de habilidade profissional ou restrição na organização econômica regional. Seu questionamento é justificado considerando que, o direcionamento dos estudos sobre migrações e colonização na Amazônia, implica pensar a fixação do colono à terra ou a permanência do migrante no seu lugar destino. A mobilidade é considerada como um imprevisto. Contudo, na dialética capital – trabalho a mobilidade é vista como uma exigência do capital, que precisa tornar o trabalho perfeitamente móvel para poder subordiná-lo à sua dominação (MARX, 2011).

Na corrida pela ocupação das margens da rodovia Belém-Brasília ficou evidenciado o poder pela força do Estado a especulação e o domínio do capital financeiro. De acordo com Acevedo (1980) foi constatado no cadastro de propriedade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) 6 das 200 e 15 das 500 maiores empresas do Brasil. A mobilidade mencionada acima, caracterizada principalmente pela redução de 286 para 55 pequenas propriedades e de 256 para 194 posseiros, pode ser causada, em parte, pela apropriação de grandes latifúndios com o aval do Estado.

É importante ressaltar, que nos interesses estratégicos do Governo Federal daquela época incluía-se a reorganização da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), que contemplava os seguintes objetivos: a) Assegurar a ocupação da Amazônia em um sentido brasileiro; b) Constituir na Amazônia uma sociedade economicamente estável e progressista, capaz de, com seus próprios recursos, prover a execução de suas tarefas sociais; e c) Desenvolver a Amazônia num sentido paralelo e complementar ao da economia brasileira (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL/SUDAM, 2006).



Reportando-se de forma mais específica ao território maranhense a partir deste parágrafo, a rodovia Belém-Brasília teve como base, para sustentação da segunda frente de trabalho o trecho compreendido pelo sudoeste maranhense em 1958. Esta frente foi dividida em dois sentidos, um até a divisa com Goiás (atual estado do Tocantins) e outro até a divisa Maranhão com Pará (BARROS, 1995). Essa escolha colocou Imperatriz como o centro da organização dos trabalhos, referentes à mão de obra, máquinas e equipamentos, necessários para desbravar parte da imensa floresta amazônica, visando à construção do trecho da rodovia (figura 12) Belém – Brasília (BR-010).

A abordagem desse importante assunto inclui aspectos que, fomentam discussões em torno da chegada de migrantes, seus interesses e possibilidades dentro de uma nova estrutura social de produção. Esse trabalho de abertura da selva amazônica naquela época e naquele espaço aglutinava o início da formação de um sistema de produção econômica, a construção do perfil do migrante através de trabalhadores que já estavam incluídos na obra desde o início dos trabalhos, além de outros recrutados para a difícil tarefa de abertura da floresta.

A abertura da mata na região Pré-Amazônica maranhense, no município de Imperatriz, pode ser considerada como o marco inicial de uma exploração desordenada de madeira, que apesar de não se integrar diretamente a um plano maior de construção de uma rodovia de integração nacional, essa (BR – 010) fez, inevitavelmente; uma perigosa revelação dos seus valiosos recursos naturais despertando a ambição das pessoas e grupos ligados ao ramo madeireiro. A intensa exploração de madeira transcorre após a conclusão das obras dessa rodovia motivada pela facilidade de escoamento do produto.

Há que se considerar que essa exploração surge entre o período das obras e dos conflitos de terra para a agricultura, pois nesse contexto haviam migrantes trabalhadores buscando um espaço para sobrevivência familiar numa coexistência conflituosa com grupos empresariais de interesses comerciais cadastrados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), supostamente enquadrados no plano de integração nacional, conforme objetivos da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), (ACEVEDO 1980).

A complexa logística de transporte da madeira colocava de fora um possível interesse de exploração comercial por parte de um lavrador ou pequeno produtor. Diante



disso, as relações produtivas ocorreram com a implantação de centenas de empreendimentos em Imperatriz a partir da década de 1970, utilizando parte da mão de obra migrante, produzindo para os estados do Maranhão, Pará, Goiás, Piauí, Bahia, Ceará, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina (ACEVEDO, 1980; COUTINHO, 1994; VERÍSSIMO *et al.* 2014).

A exploração da madeira contemplou o período considerado de franca desorganização espacial pelo fato de ter surgido através do oportunismo desfrutado pelos fluxos migratórios condicionados principalmente pelas redes familiares durante o acesso à farta floresta primária em Imperatriz, que se transformou em um ponto de convergência reunindo naquela época a estruturação de uma base de segurança nacional demandando a instalação de diversos órgãos oficiais, uma rede de comércio madeireiro ilegal e trabalhadores em conflitos de terra com grandes proprietários (MOREIRA, 1997).

Desse caótico quadro espacial tem-se início a organização da superestrutura dessa região com a interferência de normas característica da inserção do Estado na sociedade, que naquela ocasião se encontrava diante dos planos da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), considerando ser essa uma região de transição e que havia a ideia de integrá-la ao Nordeste. Nesse caso a ação da classe dominante foi conduzida pelo uso da força do Estado, como também pela ideologia capitalista de domínio através da propriedade dos meios de produção (MARX, 1993).

Se por um lado prevaleceu o rigor da Lei de Terras do Governo Sarney de 1969, no estado do Maranhão, dificultando o acesso a terra pelo pequeno agricultor, por outro evidenciou-se a permissividade da extração e exportação madeireira de forma ilegal durante a década de 1970. Dentre as indústrias madeireiras destacavam-se os grupos: Galleti, Cikel, Carajás, Madeireira Daniel, Sudoeste do Maranhão, Vener Line e Morais Madeira Ltda. (NASCIMENTO, 1998).

Exposto isso, a questão que norteia essa pesquisa é: como ocorre o processo de distribuição de terras no sul do Maranhão a partir da inovação social? No processo de pesquisa, é necessário definir o nível de análise, macro, mezo ou micro, e o objeto de estudo. Nesta pesquisa aborda-se o nível macro, pois nosso objeto de estudo é o processo de distribuição de terras.



O presente artigo é constituído por 7 partes incluindo esta introdução seguida das partes de 3 a 7 abordando Procedimentos metodológicos; Fundamentação teórica; Elementos históricos do sul do Maranhão; A questão agrária como espaço de discussão; Resultados e discussões e Considerações finais, respectivamente.

2 Procedimentos Metodológicos

Com o propósito de investigar a relação entre as dinâmicas de ocupação espacial e o desenvolvimento da região sul do Maranhão este trabalho fundamenta-se no método materialismo-histórico. A partir do materialismo-histórico se busca constituir os elementos necessários para a compreensão do processo histórico-social constituinte da própria dinâmica de desenvolvimento dessa região, vinculada à posse da terra.

Em princípio, o “materialismo” indica o pensamento filosófico que tem a matéria como a primeira substância e a última de qualquer ser, coisa ou fenômeno do universo. Trata-se de uma concepção de mundo segundo a qual a realidade é a matéria em movimento e as suas condições materiais concretas de desenvolvimento são fundamentais para a explicação de fenômenos que se apresentam numa investigação, inclusive os fenômenos mentais, sociais e históricos (ALVES, 2010).

O materialismo histórico possui origem associada ao pensamento de Karl Marx, que, através desse método, considerou as formas de produção econômica como fatores cruciais do desenvolvimento das diferentes sociedades históricas. As demais dimensões da vida em sociedade (dimensões culturais e políticas como, por exemplo, a religião, o estado, a ciência, a arte, a filosofia) apresentam-se, assim, como dimensões condicionadas pela estrutura econômica (ALVES, 2010).

Marx constrói o materialismo histórico em oposição à dialética idealista de Hegel. O idealismo, diferente do materialismo, procura explicar o mundo pelas ideias, pelos conceitos ou pelo espírito. É a doutrina que afirma ser a consciência, a ideia, aquilo que determina o mundo e a existência do ser e das coisas. Enquanto a visão marxista parte de uma abordagem ontológica do conhecimento da realidade que se fundamenta no conhecimento de cada modo do ser, bem como de suas interações com outros seres.

Na concepção de realidade constituída a partir do materialismo histórico, as coisas na natureza e na história aparecem num determinado momento e em contínua transformação. Assim, esse método parte da concepção materialista da realidade e,



através das análises, aborda de forma mais correta e abrangente os fenômenos e as leis que dirigem a sua evolução (THALHEIMER, 1979).

Através desse método é possível perceber que o modo pelo qual os homens procuram os meios de subsistência condiciona suas representações sociais. As relações sociais de produção são, assim, fundamentais para os modos de ser e de pensar dos indivíduos e das classes sociais. A história não é um processo linear e contínuo, pelo contrário, é caracterizada pelas transformações sociais determinadas pelas contradições entre os meios de produção e as forças produtivas (MARX; ENGELS, 2006).

É preciso, porém, avançar na análise do materialismo histórico para que se perceba (com maior clareza) quais são as implicações de sua utilização (enquanto método de abordagem) numa pesquisa concreta. Nesse sentido, é importante destacar a análise de Triviños (1987), quando afirma que as pesquisas que utilizam o materialismo histórico como método devem atentar pelo menos para os seguintes aspectos: - a realidade histórico-social tem uma existência concreta, que independe da consciência que se tem dela (a realidade tem objetividade); - a realidade, além de ser objetiva, é dinâmica, está em constante mudança (é, portanto, processual); - a dinâmica da realidade histórico-social não resulta de uma força exterior, mas, ao contrário, é constituinte de sua própria constituição contraditória, marcada por conflitos; - a análise dos fenômenos histórico-sociais deve partir da observação dos fenômenos (partir do “concreto”) para, a partir dessa observação, atingir uma dimensão abstrata dos mesmos, analisando-os em sua totalidade, em suas partes constituintes, na relação entre as partes e entre essas e o todo (ir ao “concreto abstrato”), para, então, voltar ao concreto, agora não mais como uma realidade espontânea, imediata, mas como uma “realidade concreta pensada”, compreendida em seus aspectos essenciais, naquilo que é singular e universal, necessário e contingente (para, então, chegar ao “concreto pensado”). (TRIVIÑOS, 1994, p. 49).

Assim, entende-se que através do materialismo histórico a análise das trajetórias migratórias que constituíram a dinâmica populacional da região em estudo no período entre 1960 e 1980, implica a própria contextualização histórica da integração da região Nordeste na dinâmica de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, compreendendo-se como aquele processo histórico, com suas contradições, integrou essa região criando necessidades e condições históricas que impulsionaram movimentos populacionais



(para aquela região) tanto de regiões do estado do Maranhão quanto de outras regiões do País.

Com o apoio desse método de abordagem, materialismo-histórico busca-se através de analogias analisarem as formas de disputa pelo espaço, no sul maranhense, para a produção da sobrevivência, focalizando áreas rurais de assentamento na microrregião do município de Imperatriz. Utiliza-se neste projeto as análises de Bittencourt e Ronconi, (2016) a partir de suas observações sobre a experiência vivenciada no setor rural de Sever do Vouga, uma vila portuguesa, do Distrito de Aveiro, com cerca de 2 700 habitantes, que passou por uma experiência de “bolsa de terras” como inovação social. Segundo essas autoras essa bolsa foi uma iniciativa de economia social e nesse caso a inovação social, comporta-se como um motor econômico que gera sistemas de apoio locais mais sustentáveis, contribuindo para um crescimento inteligente e inclusivo em áreas rurais.

3 Elementos Históricos do Sul Do Maranhão

A partir das considerações acerca da ocupação espacial do Nordeste observada na introdução deste trabalho, evidenciando inclusive o estado Maranhão, esses parágrafos a seguir apresentam uma composição espacial da região sul maranhense ressaltando similaridades do processo de ocupação espacial nordestino.

A Região Sul do Estado do Maranhão é formada por um conjunto de mesorregiões, denominadas como: Chapada das mesas; Região do Tocantins; Carajás; Gerais de Balsas; Guajajaras; Alpercatas; Baixo Balsas e Região do Sertão Maranhense.

A soma das interpretações sobre as formas de ocupação espacial de cada mesorregião inclui naturalmente elementos essenciais da formação histórica do Nordeste e Maranhão. Os antecedentes históricos, que relatam o desenvolvimento econômico do sul maranhense envolvem discussões com direcionamentos, focalizando aspectos históricos e econômicos.

Quanto ao povoamento é importante ressaltar que, no século XIX o sul do Maranhão era conhecido como o Sertão Maranhense (SANTOS, 2012). O sertão é conceituado por alguns autores como um lugar de terras distantes e pouco férteis (Arruda 2000). Nesse caso do Maranhão essa região era também chamada de Sertão



de Pastos Bons, que teve como pioneiros de destaque os criadores de gado e proprietários de engenhos de açúcar, oriundos de Pernambuco e Bahia (CABRAL, 1992). Historicamente essa região Sul era habitada por tribos indígenas e os casos registrados como povoamento implicam entender a ocorrência de inúmeros conflitos, caracterizados por: expulsão, apropriação de terras indígenas, escravidão e assassinatos.

O caráter histórico e dominador daquela época excluía o nativo do contexto econômico e em grande parte também dos registros oficiais, estabelecendo um povoamento através do processo migratório, dos indígenas em fuga e dos não naturais, como migrantes, que chegaram ao seu destino planejado. Na composição desse povoamento encontra-se também o escravo não índio trazido na organização para instalação dos referidos engenhos.

O processo de colonização dessa região foi iniciado com a expansão da pecuária extensiva de subsistência, de complementação à cultura de arroz, principal produto, utilizando-se de um caminho natural através do rio Tocantins nos meados do século XIX. Suas potencialidades naturais favoreceram o dinamismo econômico e o processo de ocupação territorial. Grandes extensões de terra foram ocupadas para o desenvolvimento de atividades primárias, como a agricultura, pecuária e a extração de madeira (IMESC, 2008).

Observa-se, entretanto que o sul maranhense é um espaço que está em movimento e que é carregado de transformações na contemporaneidade, encontrando-se vinculado às demais escalas. E os sujeitos aí presentes vêm reelaborando suas práticas, seus modos vida, mas guardando representações oriundas de experiências e relações específicas. Nesse movimento espacial objetivando a expansão da fronteira do capital, bem como a situação dos pequenos trabalhadores, sobretudo rural, ilustram de forma inequívoca as transformações econômicas e sócio espaciais no campo brasileiro, e de forma particular no sul maranhense, processadas a partir da inserção daquele espaço nos mecanismos de reprodução do capital em escala nacional e global, articulada através da intervenção do Estado.



4 A Questão Agrária como Espaço de Discussão

Considerando as questões de distribuição e acesso a terra, aproximam-se essas discussões à literatura de inovação social, como um componente do processo territorial transformador das relações espaciais. A abordagem geográfica da inovação social possibilita evidenciar a importância do contexto e os caminhos para entender as práticas de inovação social que são produzidas e como elas se tornam processos de mudança social. A partir dessa abordagem entende-se a inovação social como satisfação de alienação das necessidades, mediante a transformação social das relações, pois estas aprimoram sistemas de governança que direcionam e regulam a alocação de bens e serviços para satisfazer tais necessidades (MACCALLUM *et al*, 2009; VAN DYCK e VAN DEN BROECK, 2013; PARÉS *et al*, 2017).

A inovação social no contexto da economia social constitui uma esfera de ação que contribui de modo significativo para a criação de emprego, para o crescimento sustentável e uma distribuição de rendimento e riqueza mais menos concentrada. Trata-se de um processo social de produção, de comercialização e de distribuição de bens e serviços que pode ser organizado de várias maneiras, em sistemas, associações, cooperativas etc. Com múltiplas atividades econômicas propiciam rendimento pela redistribuição do excedente, partilha de bens e serviços e de solidariedade, visando o serviço e o desenvolvimento da comunidade (JAHIER, 2012).

Monzón, (2003) acredita que essa área de atividade ganhou maior robustez a partir de uma concepção mais tradicional da economia social para organizações cada vez mais dinâmicas e entrelaçadas em desafios concretos. Surge um espaço multiforme, possuindo a capacidade de combinar a rentabilidade com a inclusão social formando elos com os sistemas democráticos.

Fundamentalmente, é um grupo de atividades que tem contornado a crise econômica muito melhor que os outros setores e que ganha reconhecimento cada vez maior no âmbito europeu. Neste contexto a economia social se encontra em pleno movimento de ascensão e sua dinâmica inovadora é evidente sob o prisma da análise científica e dos poderes públicos, fortalecendo as discussões em torno das suas atividades e destacando sua importância e seu potencial para o desenvolvimento (BOUCHARD, 2013).



A discussão do desenvolvimento encontra em suas bases a questão agrária e sua relação com as demais questões abordadas, mesmo reconhecendo que se trata de questões polêmicas, uma vez que envolvem concepções de mundo, de campo e de agricultura. O debate conceitual acontece tanto na academia como na disputa política na sociedade. Desse modo inicia-se pela definição da Questão Agrária, considerando esta como uma expressão utilizada para designar uma área do conhecimento humano destinada ao estudo da natureza dos problemas das sociedades relacionados ao uso, à posse e à propriedade da terra (MISNEROVICZ, 2015).

Compreender os problemas relacionados com a questão agrária está entre os maiores desafios dos pesquisadores envolvidos com a ciência social, uma vez que envolve uma concepção de mundo e interesses de classes. Está diretamente relacionada com os conflitos e as lutas de classes. A amplitude e a complexidade desse problema possibilitam várias leituras, admitindo que os pesquisadores dessa temática pensam e constroem distintos paradigmas que projetam suas visões de mundo (FERNANDES, 2004).

O estudo da questão agrária como ciência coincide com origem do modo de produção capitalista e sua ramificação na agricultura, na estrutura teórica de teses sobre o papel da agricultura no desenvolvimento do modo de produção capitalista, quando se estuda a relação entre capitalismo e agricultura capitalista. Em relação às experiências socialistas, a questão agrária é pensada a partir das bases e princípios do modo de produção socialista (STEDILE, 2011).

A diversidade teórica construída pelos pensadores clássicos tornou-se o ponto de partida no esforço de entendimento da questão agrária contemporânea, ela aparece antes de tudo como um problema humano, chamando nossa atenção para o método a ser empregado na análise da questão agrária, ou seja, o ângulo que se escolhe para problematizar o campo brasileiro assim investiga-se a situação de miséria e exclusão da população trabalhadora rural, partindo do pressuposto de que a marginalidade é derivada do alto grau de concentração da propriedade fundiária.

No entanto, não concorda com quem defendem a subdivisão da propriedade como sendo o passo decisivo na correção das desigualdades na vida agrária brasileira. Para esse autor, o enfoque demasiadamente centrado na distribuição fundiária, encontra explicação numa interpretação errônea do processo histórico brasileiro, resultando



numa tentativa inócua de transpor para essa realidade modelos europeus (PRADO JR, 1981).

Alguns teóricos adeptos dessa concepção acreditam que a economia agrária brasileira ainda seria um reduto de relações feudais, considerando a persistência do latifúndio, pois com isso, haveria a necessidade de superação dessa estrutura obsoleta e a libertação da classe social subjugada. Este seria o caminho necessário para o campo brasileiro inserir-se no mercado e ir ascendendo para relações capitalistas de produção e trabalho. (PRADO JR, 1981).

Somadas às contribuições de Caio Prado, Martins toma-se um referencial nos estudos agrários brasileiros, pelo enfoque dado aos camponeses e o entendimento particular da expansão capitalista no campo. O desvendamento do lado contraditório dessa expansão, expresso na constante recriação de formas não capitalistas de produção (camponesas), tem na análise da sujeição da renda ao capital a evidência de que esse vai assumindo formas cada vez mais elaboradas para subordinar o trabalhador. Com isso, Martins imprimiu novos contornos à discussão da Reforma Agrária, demonstrando ser essa uma luta contra o capital.

5. Resultados e Discussões

Os resultados originados através destes estudos produzirão novas discussões que integrarão a bibliografia direcionada aos estudos das questões agrárias, mas evidenciando o esforço explicativo na perspectiva de agregar um olhar da inovação social, como componente alternativo para avaliar possibilidades de mediação nos conflitos agrários no Brasil.

Nas consequências das discussões alinhadas neste artigo observa-se que a parceria com autores como Caio Prado, (1981), Martins, (1981), Fernandes, (2004) e Stedile, (2011) assinalou-se a questão agrária como um dos maiores desafios dos pesquisadores envolvidos com a ciência social, corroborando, destarte com a necessidade de pensar novas alternativas. É importante frisar que nas tentativas de entender questões de redistribuição de terras e de riquezas encontram-se os novos desdobramentos da estrutura capitalista de produção, estabelecendo diferenciadas formas de manutenção da supremacia.



Assim os resultados deste artigo se concretizam pela demonstração de necessidade de ampliação das discussões nessa temática tão complexa, buscando o novo, para despertar a capacidade criativa no desenvolvimento, ampliação e recriação de experiências bem sucedidas, que podem ser aplicadas principalmente no Nordeste e sobretudo no sul maranhense.

6 Considerações Finais

Propor abertura de espaço para discutir conflitos de terra de forma inovadora significa entender que a questão é tão complexa que possivelmente limite a produção de iniciativas, meios, métodos ou alternativas diferenciadas para enfrenta-la. A inovação social de acordo com Correia (2015) tem ampliado espaço na área das ciências sociais aplicadas, conduzindo estudos de problemas sociais contemporâneos.

Em função de sua recente utilização ainda se constitui um campo de análise aberto para distintas abordagens, sobretudo em torno de problemas considerados tradicionais enfrentados pela sociedade. O destaque dessa prática de inovação social evidencia-se a partir do envolvimento de atores institucionais compartilhando alternativas construídas no âmbito da sociedade civil.

A importância de discutir alternativas inovadoras torna-se um desafio necessário, considerando as constantes transformações sociais, nos comportamentos individuais, nas formas de produção de bens e serviços e outras práticas sociais. O aspecto social tem alcançado destaque, pelo desenvolvimento crítico do modelo atual da sociedade na sua dimensão econômica, política e social relacionada com o entendimento do crescimento econômico, a desigualdade social, o desemprego e os riscos ambientais.

As contribuições de Caio Prado, (1981), Martins, (1981), Fernandes, (2004) e Stedile, (2011) apresentaram-se como um referencial nos estudos agrários brasileiros, principalmente destacando a expansão capitalista, expressa na constante criação e recriação de suas formas de produção. Essa concepção coincide com a percepção de um melhor enfrentamento dos conflitos agrários através de novas alternativas.



7 Referências

- ACEVEDO, Rosa Elizabeth. **Mobilidade de trabalho e fronteira amazônica: A Belém-Brasília** – ABEP. Belém: UFPA/NAEA, 1980.
- ALVES, Álvaro Marcel. **O método materialista histórico dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade**. Revista de Psicologia da UNESP. 9(1), 2010: Disponível em: <<http://www2new.assis.unesp.br/index.php/revista/article/viewFile/74/214>>. Acesso em: 30 out. 2018.
- ANDRADE, Manuel Correia. **Geografia Econômica do Nordeste**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1977.
- ARAÚJO, Tania Bacelar de. SANTOS, Valdeci Monteiro dos. **Desigualdades regionais e nordeste em formação econômica do Brasil**. 2009. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/14_cap07_Tania_Valdeci.pdf. Acesso em: 25 Nov. 2018.
- ARRUDA, Gilmar. **Cidades e Sertões**. Bauru/SP: EdUSC, 2000.
- BARROS, Edelvira Marques Moreira. **Imperatriz, memória e registro**. Imperatriz: Ética, 1995.
- BITTENCOURT, Bernadete de Lourdes; RONCONI Luciana Francisco de Abreu BRASIL, Ministério da Integração. **Superintendência do desenvolvimento da Amazônia** – SUDAM, 2016.
- BOUCHARD, Marie J. (Ed.). *Innovation and the social economy*. The Québec experience. Toronto: University of Toronto Press, 2013.
- BRASIL, Ministério da Integração. **Superintendência do desenvolvimento da Amazônia** – SUDAM, 2016.
- CABRAL, Maria de do Socorro Coelho. **Caminhos do gado: conquista e ocupação do Sul do Maranhão**. São Luis: SIOGE, 1992.
- CORREIA, Suzanne Érica Nóbrega. **O papel do ator organizacional na inovação social**. - Recife: 2015. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2015.
- COUTINHO, Milson. **Imperatriz: subsídios para a história da cidade**. São Luís: SIOGE, 1994.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil** 14ªEd. São Paulo: Edusp, 1995.
- FERNANDES, B. M. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. Texto de Apoio. 2004. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/BernardoQA.pdf. 57p. Acesso em: 25 Jan. 2019.



HADDAD, Paulo R. **A questão regional no Brasil do século XXI: a longa e recalcitrante persistência dos desequilíbrios de desenvolvimento no espaço econômico.** Campinas-SP, Seminário Brasil Século XXI, 1993. Disponível em: REGIO. Acesso em: 28/10/2016.

INSTITUTO MARANHENSE DE PESQUISAS SOCIOECONÔMICAS – IMESC. **Dados socioeconômicos do estado do Maranhão.** São Luís: 2008/2007.

JAHIER, Luca. La economía social en la Unión Europea. In: MONZÓN, José L.; ÁVILA, Rafael C. *La economía social en la Unión Europea.* Bruxelas: 2012.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária.* 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

MARTINS, José de S. **Os camponeses e a política no Brasil Petrópolis:** Vozes, 1981.

MARX, Karl. **A ideologia alemã.** 9 ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política, livro primeiro: o processo de produção do capital, volume II; Trad. Reginaldo SANT'ANNA. 25ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas.** VII. São Paulo: Alfa-Omega 2006.

MACCALLUM, D (Ed.). **Social innovation and territorial development.** Ashgate Publishing, Ltd., 2009.

MISNEROVICZ, José Valdir. **A territorialização do capital e os novos sujeitos da questão agrária brasileira na contemporaneidade.** Goiânia, 2015. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás).

MONZÓN, José L. El cooperativismo en la historia de la literatura económica. *Ciriec-España, Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa*, n. 44, p. 9-32, abr. 2003.

MOREIRA, Zequinha. **Simplicio Moreira:** precursor do desenvolvimento de Imperatriz. Imperatriz-MA: Ética Editora, 1997.

NASCIMENTO Miguel Araújo do. **Amarante-Ma:** “Uma cidade sem história, não tem passado, nem glória”, 1998. Disponível em: <<http://amarante-ma.no.comunidades.net/index.php>>. Acesso em: 25 de Março de 2019.

PARÉS, M; OSPINA, S. M.; SUBIRATS, J.(Ed.). **Social innovation and democratic leadership: communities and social change from below.** Edward Elgar Publishing, 2017.

PRADO JR, Caio. **História econômica do Brasil.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1969.



PRADO Jr., Caio. **“É preciso deixar o povo falar”**. In: MOTA, Lourenço Dantas. A história vivida. Vol. 1. São Paulo, EOESP 1981.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A questão agrária atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003 – 2006)** Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/eraldo.pdf> . Acesso em: 12 de Abril de 2019.

SANCHES, Almir Teubl. **A questão de terras no início da República**: o registro Torrens e sua aplicação. Dissertação (Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo). São Paulo: USP, 2008, f. 182. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/.../A_questao_de_terras_no_inicio_da_Republica.pdf. Acesso em 12 de Set. de 2018.

SANTOS, Raimundo Lima dos. **O sertão inventado: a percepção dos sertões maranhenses** pelo olhar de Francisco de Paula Ribeiro Diálogos Latinoamericanos, núm. 19, 2012, pp. 119-145. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/162/16229034005.pdf>. Acesso em: 06/01/17.

STÉDILE, João Pedro. **Questão Agrária no Brasil**. 11 ed. (revisada), São Paulo: Atual, 2011.

THALHEIMER, August. **Introdução ao materialismo dialético**. Tradução de MONIZ BANDEIRA São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda. 1979.

TRIVIÑOS, A. N. Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987, 1994.

VAN DYCK, B; VAN DEN BROECK, P. Social innovation: a territorial process. **The international handbook on social innovation: collective action, social learning and transdisciplinary research**. Edward Elgar, Cheltenham, UK, p. 131-141, 2013.

VERÍSSIMO, Adalberto, e Denys Pereira. **Produção na Amazônia Florestal: características, desafios e oportunidades**. Parc. Estrat. Brasília-DF v. 19, n. 38, p. 13-44 jan-jun 2014.